

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTABILIDADE GERENCIAL APLICADA NO TERCEIRO SETOR:
ESTUDO DE CASO IGREJA BATISTA DO GRAJAÚ EM JUIZ DE FORA**

GLEZLYENE DE SOUZA DA COSTA CIANCONI

JUIZ DE FORA – MG

2018

GLEZLYENE DE SOUZA DA COSTA CIANCONI

**CONTABILIDADE GERENCIAL APLICADA NO TERCEIRO SETOR:
ESTUDO DE CASO IGREJA BATISTA DO GRAJAÚ EM JUIZ DE FORA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Rodrigo Ferraz de Almeida

Juiz de Fora

FACC/UFJF

2018

Dedico este trabalho ao meu amado esposo Guilherme, pelo amor, paciência, dedicação e incentivo durante todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o autor da minha fé, pela sua infinita bondade, pois nesse período vi sua infinita graça e misericórdia para com minha vida, operando milagres em todos os momentos. O motivo de toda minha adoração, toda honra e toda glória sejam dadas a Ele!

Ao meu esposo Guilherme, pela paciência, compreensão, incentivo nesse período de nossas vidas, obrigada por estar sempre ao meu lado; aos meus pais Anadete e Carlos Alberto por terem me ensinado o caminho correto a seguir; as minhas irmãs Glececyana e Glauciene pelo apoio de sempre; aos meus lindos sobrinhos Luísa e Heitor; aos meus amigos do coração e a todos que de alguma forma me apoiaram.

Agradeço também ao professor Rodrigo Ferraz pela orientação e atenção no período acadêmico e na conclusão desse trabalho. A todos os professores da Universidade Federal de Juiz de Fora. A Igreja Batista do Grajaú em Juiz de Fora, por possibilitar a realizar esse trabalho, principalmente a tesoureira Carla Bortoloso e o vice-presidente Leandro Pereira com a autorização e disposição dos documentos solicitados, é possível ver o comprometimento dessa entidade em cumprir seu papel perante a sociedade e perante Deus.

*“Para que todos vejam, e saibam, e considerem, e juntamente entendam
que a mão do Senhor fez isso...”*

Isaiás 40:20



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 17 de dezembro de 2018.

Glezlyene de Souza da Costa Cianconi

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

**ATA DE DEFESA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2018, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de GLEZLYENE DE SOUZA DA COSTA CIANCONI, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Ciências Contábeis sob o número 201478062, intitulado **CONTABILIDADE GERENCIAL APLICADA NO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO IGREJA BATISTA DO GRAJAÚ EM JUIZ DE FORA**. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente _____ (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 17 de dezembro de 2018.

Prof. Me. Rodrigo Ferraz de Almeida
Orientador

Prof.^a Ma. Heloísa Baia da Costa

Prof. Me. Eduardo Duarte Horta

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Principais instrumentos da Contabilidade Gerencial.....	16
Quadro 02 - Diferenças entre Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira.....	17
Quadro 03 - Divisão população brasileira por religião.....	22
Gráfico 01- Divisão população brasileira por religião.....	22
Gráfico 02 - Evolução evangélicos em relação a população brasileira.....	24
Quadro 04 - Principais denominações evangélicas no Brasil.....	25
Quadro 05 - Relatório Financeiro Anual da IBG -2017.....	31
Quadro 06 - Relatório Financeiro Mensal da IBG - dezembro 2017.....	32
Quadro 07 - Sugestão de Demonstração do fluxo de caixa direto de dezembro de 2017.....	34
Quadro 08 - Planejamento Orçamentário IBG – 2017.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

EUA – Estados Unidos da América

IBG – Igreja Batista do Grajaú

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIBJF – Primeira Igreja Batista de Juiz de Fora

NBC TE – Norma Brasileira de Contabilidade Entidade sem finalidade de lucro

ONG – Organização não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo efetuar uma análise sobre aplicação da Contabilidade Gerencial em uma entidade de médio porte do Terceiro Setor. Para isso foi efetuado um estudo de caso em uma instituição religiosa em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. Para alcançar o objetivo, é apresentado o conceito de Contabilidade, Contabilidade Gerencial, Terceiro Setor, instituições religiosas e sua representatividade no Brasil. A Contabilidade Gerencial tem como objetivo principal auxiliar os gestores de uma organização com informações uteis para a tomada de decisão. Para isso são utilizados relatórios e ferramentas de controle de dados. No estudo de caso, foi realizada uma análise documental do estatuto social e dos relatórios financeiros disponibilizados pela entidade. Apesar de ser transparente com seus registros financeiros, a entidade não segue todos os procedimentos indicados pela Contabilidade Gerencial. Foram sugeridos relatórios para que a entidade possa utilizar e otimizar seu processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Terceiro Setor. Instituições Religiosas.

ABSTRACT

The present work has for objective to effect an analysis on application of the managerial accounting in an entity of average transport of the Third Sector. For this a study of case in a religious institution in Juiz De Fora was effected, state of Minas Gerais. To reach the objective, the concept of Accounting, Managerial Accounting is presented, Third Sector, religious institutions and its representation in Brazil. The Managerial accounting has as objective main assistant the managers of an organization with useful information for the decision taking. For this reports and tools of control of data are used. In the case study, a documentary analysis of the social statute and the financial reports disponibilizados by the entity was carried through. Although to be transparent with its financeiros registers, the entity does not follow all the procedures indicated for the Managerial accounting. Reports had been suggested so that the entity can use and optimize its process of decision taking.

Word-Keys: Managerial accounting. Third Sector. Religious institutions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Contabilidade.....	15
2.2 Contabilidade Gerencial	15
2.3 Terceiro setor	17
2.4 Entidades Religiosas	21
2.4.1 Igrejas Evangélicas	23
2.5.2 Principais Igrejas Evangélicas no Brasil	24
2.5.2.1 Igreja Batista.....	25
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 Coleta de Dados	27
3.2 Tratamento dos Dados	27
3.3 Estudo de Caso.....	28
3.3.1 A história da 13ª Igreja Batista do Grajaú em Juiz de Fora.	28
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência social que tem por finalidade registrar, controlar e avaliar os bens e patrimônios de pessoas físicas ou jurídicas, evidenciando também suas variações e mutações em um determinado período de tempo. No final desse período, denominado exercício social, são demonstrados os resultados dos atos e fatos ocorridos no período.

Para Bachtold (2011), a Contabilidade é uma ciência social, com o intuito de organizar, estudar e avaliar o patrimônio de uma pessoa física ou jurídica. A Contabilidade tem a competência de registrar atos e fatos, gerando informações para que a situação da entidade seja mensurada, auxiliando os administradores a alcançar seus objetivos.

O controle contábil pode auxiliar no controle interno dos registros, evidenciando para quem interessar a situação da organização, trazendo transparência no resultado da atividade. A Contabilidade pode garantir benefícios fiscais ou isenções que a entidade possa se beneficiar.

A Contabilidade Gerencial é um dos recursos da Contabilidade, que tem por objetivo atender aos gestores de uma organização. Para isso utiliza relatórios, práticas e técnicas com a finalidade de fornecer aos administradores informações financeiras, que possam auxiliar na tomada de decisão, e controlar os recursos de uma entidade. São efetuados controles dos custos, previsões de eventos futuros, acompanhamento de orçamentos e sua realização, além de outras ferramentas pertinentes a situação da entidade.

A atual economia é composta por três setores, o Primeiro Setor é o Poder Público, o Segundo Setor abrange a iniciativa privada com fins lucrativos. Já Terceiro Setor é composto pelas organizações que não possuem fins lucrativos, onde seus recursos são alcançados através de sua própria atividade ou através de doações, que são aplicadas na própria organização com a finalidade de manter seu funcionamento.

De acordo com Camargo (2001), as entidades sem fins lucrativos, tem um papel muito relevante na sociedade moderna, com a prestação de serviços essenciais que o primeiro setor não consegue atender, e devido a distribuição de renda, o segundo setor não atende aos menos favorecidos. Essas instituições desenvolvem trabalhos filantrópicos, de caridade, beneficente, cultural e religioso. Dentre essas, as instituições religiosas, tem crescido de uma forma expressiva de acordo com o IBGE (2010).

Para garantir continuidade de suas atividades, as organizações precisam eleger diretorias, montar estatutos, controlar seus ativos e passivos, para que a mesma possa se tornar transparente e confiável. Então surge a necessidade de administrar com eficiência essas entidades, a Contabilidade Gerencial então surge como uma ferramenta para fundamental para uma boa gestão e manter a continuidade da entidade.

O presente trabalho tem por objetivo, esclarecer a necessidade e a importância da Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor, com a finalidade de auxiliar na administração financeira da entidade, fazendo um breve estudo que possa auxiliar e introduzir o conhecimento desse aspecto contábil para quem interessar.

Para alcançar o objetivo, se faz necessário a abordagem dos seguintes assuntos:

- conceituar Contabilidade;
- conceituar Contabilidade Gerencial;
- definir Terceiro Setor;
- conceituar Entidades Religiosas;
- efetuar um estudo de caso com uma instituição religiosa de Juiz de Fora, identificando a utilização da Contabilidade Gerencial;
- sugerir mudanças para que a instituição possa se adequar as exigências Contábeis.

A instituição religiosa que utiliza a contabilidade gerencial em sua gestão, como na elaboração de seus relatórios gerenciais e financeiros, traz uma maior confiabilidade aos seus usuários e membros, e também a sociedade. Por ser tratar de instituições cujos recursos são oriundos em sua maioria de doações, a transparência, credibilidade nas informações e uma gestão eficiente é fundamental para a continuidade da instituição, provando que o objetivo para que foi criada está sendo devidamente cumprido.

Para realização da pesquisa foram utilizados os métodos de pesquisa qualitativa no que se refere a abordagem do problema. O objetivo é de cunho exploratório por ser um assunto pouco explorado. E para alcançar os objetivos a forma utilizada foi a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso.

Foi efetuada uma análise dos documentos da instituição verificando como é utilizada a Contabilidade Gerencial nesta entidade e posteriormente são sugeridas adaptações para enquadramento nos itens que a entidade ainda não utiliza. O presente estudo então se baseia na análise dos documentos da Igreja Batista do Grajaú, em Juiz de Fora.

O trabalho está dividido em: introdução, com uma breve discussão bibliográfica, já apresentada. No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico que foi utilizado para fundamentar o tema proposto, sobre Contabilidade, Terceiro Setor e Entidades Religiosas. O capítulo 3, é composto pela descrição da metodologia utilizada, dados e histórico da organização estudada, Igreja Batista do Grajaú em Juiz de Fora, para composição do estudo de caso. Já no capítulo 4, foi efetuada uma análise dos dados tratados no capítulo anterior além de sugestões para adequações dos quesitos que ainda não são tratados pela entidade. E por fim no

capítulo 5 são demonstradas as considerações finais sobre a pesquisa destacando o resultado da pesquisa e seus pontos relevantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica é composta pelos aspectos principais da teoria literária sobre o tema pesquisado. Primeiramente foi feita uma breve análise sobre a Contabilidade, Contabilidade Gerencial e suas aplicações. Logo após uma breve abordagem sobre o Primeiro e Segundo Setores, o conceito de Terceiro setor. E por fim, uma abordagem das entidades religiosas, especificamente igrejas evangélicas e uma análise do cenário evangélico no país.

2.1 Contabilidade

A Contabilidade surgiu a partir da necessidade humana de controlar seus bens e patrimônios, por isso conclui-se que surgiu juntamente com a própria humanidade (ÁVILA, 2006).

Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam, os atos e fatos administrativos, demonstrando no final de cada exercício social o resultado obtido e a situação econômico financeira da entidade (FABRETTI, 1997 apud BACHTOLD).

De acordo com Ribeiro (2013), “(...) O campo de aplicação da Contabilidade abrange todas as entidades econômico-administrativas, até mesmo as pessoas de direito público, como a União, Estados, os municípios, as autarquias etc” (RIBEIRO, 2013, p. 2).

A Contabilidade tem como uma de suas finalidades informar sobre o patrimônio. Essas informações são de ordem financeira e econômica para auxiliar a tomada de decisão de seus usuários. A ordem financeira se refere ao Fluxo de caixa, as entradas e saídas de recursos. Já a ordem econômica, as informações são sobre as receitas e despesas, destacando os lucros e prejuízos do período apurado.

Já de acordo com Marion (2009), a Contabilidade tem o objetivo de informar de um jeito útil, com a finalidade de contribuir para a tomada de decisão. Atualmente é obrigatória para a maioria das entidades, e utilizada para a arrecadação de impostos pelo governo. As movimentações monetárias, segundo Marion, são registradas, e transformadas em relatórios para análise dos usuários das informações, que podem ser os administradores, investidores, fornecedores, bancos, governo, empregados, sindicatos, concorrentes, dentre outros.

2.2 Contabilidade Gerencial

A Contabilidade Gerencial fornece para os usuários internos informações com a finalidade de melhorar os processos de planejamento e mensuração das informações financeiras e não financeiras, visando o alcance do objetivo principal da organização.

Para Pizzolato (p. 194, 2004), a Contabilidade Gerencial, “Está voltada à informação contábil que pode ser útil à administração. Trata-se de qualquer conjunto de informação com origem contábil para a circulação interna, na forma adequada para assessorar gerentes no processo decisório(…)” (PIZZOLATO, p.194, 2004).

De acordo com Horngren *et al* (2002), a Contabilidade Gerencial identifica, mede, acumula, analisa, interpreta e comunica a informação a fim de auxiliar os gestores na administração de uma organização.

Ching (2006) salienta que a administração de uma organização precisa certificar-se que os planos definidos para uma empresa sejam seguidos, através de mensuração de desempenho, e a Contabilidade Gerencial possui um papel fundamental nesse processo.

A Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque espacial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira, e de balanços etc., colocados numa perspectivas diferentes, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório (IUDÍCIBUS, 1998, p. 21).

Quadro 01 – Principais instrumentos da Contabilidade Gerencial

Descrição	Entendimento
Apuração de custos	Registros dos custos de operação de uma atividade, através de informações coletadas das operações de produção e serviços, unitário e total, acrescido de outros custos referentes as funções dos negócios.
Análise dos índices financeiros e Análise das Demonstrações Contábeis	Análise de dados obtidos das demonstrações contábeis, com a finalidade de verificar a situação financeira de uma entidade, quanto ao seu endividamento e liquidez
Orçamento	Auxilia os gestores no planejamento e controle financeiro estratégico da entidade, através da comparação de desempenho entre orçado e realizado.

Fonte: CHING (2006) adaptado pela autora.

É necessário observar que há diferenças entre a Contabilidade Gerencial e a contabilidade financeira. A contabilidade financeira é destinada aos usuários externos das informações, já a contabilidade gerencial atende aos usuários internos da organização. No quadro a seguir, é possível definir as principais diferenças:

Quadro 02 – Diferenças entre Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira

	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários	Primordial público externo	Público interno
Informação	Medidas financeiras	Financeiras, Operacionais e Físicas
Foco no Tempo	Voltado ao passado	Presente e orienta para o futuro
Natureza da informação	Objetividade dos dados, confiável e auditável	Ênfase na relevância dos dados, subjetiva e flexível
Restrição	Regras definidas por princípios contábeis e autoridades governamentais	Informações para atender às necessidades dos usuários
Escopo	Informações agregadas e resumidas sobre a organização como um todo	Informações desagregadas, relatórios sobre produtos, clientes e em qualquer nível
Comportamento	Preocupação com o modo como os números da empresa irão afetar o comportamento externo	Preocupação com o modo como as medidas e os relatórios irão influenciar o comportamento dos gestores

Fonte: CHING (p.6, 2006 – adaptado pela autora)

2.3. Terceiro Setor

Baseado na história, Paes (2006) retrata que no âmbito sociopolítico só havia dois setores: o setor público e o setor privado. O setor público era representado pelo Estado, a administração pública, e a sociedade; já o setor privado é representado pelo o mercado, as empresas privadas e os cidadãos.

O Primeiro Setor é formado pelas instituições governamentais que representam o Estado. O Estado capta recursos principalmente através de tributos. Esses recursos são para atender as necessidades da sociedade como educação, saúde e demais fatores para atender toda infraestrutura necessária, que é obrigação do Estado (MONSER, 2011).

De acordo com a Constituição Federal, o estado tem por obrigação garantir aos cidadãos direitos como: “(...)são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)” (Constituição Federal, 1988, Art. 6º). A atuação desse setor é delimitada pelas leis e decretos que tornam suas ações claras a todos.

As entidades que tem como objetivo lucro, são classificadas como Segundo Setor. Segundo Monser (2011), os recursos do segundo setor são originados através das atividades da empresa e também através de financiamentos. Os sócios/acionistas são quem decidem sobre a aplicação dos recursos, de acordo com as diretrizes da empresa. Nesse setor, os clientes têm livre escolha de como e onde vão comprar seus bens ou contratar seus serviços. O Terceiro Setor é formado por empresas jurídicas não governamentais, sem fins lucrativos, onde tem por objetivo suprir os serviços básicos deficitários do Estado, fornecidos para sociedade assim como previsto na Constituição Federal no artigo 6º.

A relevância do Terceiro Setor de acordo com Paes (2006), é pautada no poder de mobilizar um alto volume de recursos humanos e materiais a fim de movimentar iniciativas de desenvolvimento social. Pode conceituar que, o Terceiro Setor tem característica pública não estatal e de empresas privadas com intuito público, onde atua em favor dos interesses coletivos. O Terceiro Setor não é público nem privado, mas sim um elo entre os dois, já que é formado por organizações de características privada, porém sem fim lucrativo com objetivos sociais, sem fazer parte da administração estatal. Paes (2006) conceitua como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos com autonomia de gestão administrativa, com objetivo atuar voluntariamente junto à sociedade em busca de se aperfeiçoar.

O Terceiro Setor tem o foco em preencher as lacunas onde o Governo não consegue atuar de forma plenamente satisfatória como educação, assistência social, saúde, comunicação, dentre outras. É composto por pessoas jurídicas de direito privado denominadas associações civis e de direito privado.

As associações civis, de acordo com o código de Civil nos artigos 44 a 61, são formadas por várias pessoas que trabalham para um objetivo em comum. A fundação é pessoa física de direito privado, para gerir bens para um objetivo específico com o patrimônio aprovado pelo ministério público. Abaixo o artigo 44 que cita as entidades que podem compor o Terceiro Setor.

art. 44 - São pessoas jurídicas de direito privado: (Art. 16 CC Lei 3.071/16)

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas; (Acrescentado pelo art. 02, da Lei 10.825/03)

V - os partidos políticos. (Acrescentado pelo art. 02, da Lei 10.825/03)

§ 1º. São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

§ 2º. As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código. (Acrescentado pelo art. 02, da Lei 10.825/03)

§ 3º. Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica (Acrescentado pelo art. 02, da Lei 10.825/03).

O objetivo das organizações sem fins lucrativos é manter o bem-estar social, quando o Estado não é capaz de fazê-lo. Nos dias atuais, as demandas para atender as necessidades humanas, vem aumentando e o Estado não tem sido capaz de supri-las, por esse motivo pode ser visto o aumento em todo o mundo das organizações que possuem como finalidade auxiliar nas carências sociais. As iniciativas dos projetos começam com intuito específicos, mas que na evolução abrange e expande sua área de atuação.

No Brasil a situação das organizações do Terceiro Setor também vem se destacando, tanto no modelo mais tradicional de assistencialismo ou na defesa dos direitos sociais. Essas organizações se iniciaram nos anos em que os regimes militares governavam o país. Nesse período muito se confundia com os novos ideais sociais com a oposição política (TACHIZAWA, 2002).

A gestão das organizações sem fins lucrativos tem sido priorizada nos últimos anos, porque após algumas entidades terem se envolvidas em escândalos de corrupção, fraudes e lavagem de dinheiro; começou a gerar desconfiança daqueles que a financiavam, na sua maioria pessoas físicas. Então uma organização que preza pelos controles de suas atividades, se tornam mais confiáveis, trazendo segurança para aqueles que a mantêm.

Uma empresa sem fins lucrativos deverá seguir alguns critérios para se enquadrar nos Art. 44 do Código Civil e pelo Art. 120 da Lei n.º 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) como criar um estatuto, denominar sede, atividade fim, requisitos o para entrada e saída de associados, seus direitos e deveres, especificar a origem dos seus recursos e a destinação dos mesmos, compor uma administração com poderes para deliberar, com poderes executivo e para deliberar as contas da entidade.

Essas entidades também possuem deveres fiscais e isenções tributárias. O que torna mais um motivo para manter em dia com a legislação e com a sociedade com a finalidade de auxiliar nas necessidades sociais de forma transparente para segurança daqueles que a ajudam a prosseguir com suas atividades e também para quem é beneficiado e se torna dependente do funcionamento e da continuidade da entidade sem fins lucrativos.

É importante destacar que o Terceiro Setor não é composto só de ONG's, mas também de OSCIP. As ONG'S são as organizações livre de ajuda financeira do Governo onde sua fonte de recurso é oriunda somente da iniciativa privada. São formadas por pessoas que constituem uma associação ou fundação com a finalidade de realizar atividades de interesse público. A OSCIP pode recursos privados e públicos, por esse motivo se torna mais fiscalizada, tendo a necessidade de ter maior transparência administrativa. A distinção é somente na fonte de recursos e quanto a fiscalização, as atividades podem ser semelhantes (ALMEIDA, 2012).

Atualmente o Terceiro Setor tem se mostrado importante na sociedade, pois a maioria motiva a transformação do ambiente social como: cultura, assistencialismo, educação, trabalho de interesses públicos, voluntariado. As pessoas que são alcançadas com os benefícios conseguem uma melhoria na qualidade de vida. Sobre o ponto de vista contábil, o NBC TE – Entidades sem fins lucrativos dispõe sobre os critérios a serem adotados pelas entidades do terceiro setor no que diz respeito a registros, variações patrimoniais, estrutura das demonstrações contábeis e informações a serem divulgadas. As disposições Gerais da norma,

define o que é uma entidade sem fins lucrativos, os tipos de atividades a serem exercidas. Sobre os registros contábeis, a norma estabelece que as receitas despesas devem ser reconhecidas pelo princípio da Competência, e devem constituir provisão. O tratamento e registro dos valores recebidos, patrimônio da entidade também são estabelecidos nessa norma, bem como a evidenciação do superávit ou déficit. Sobre as demonstrações contábeis, a NBC TE - serve como base para sua elaboração, e a divulgação, algumas substituições na nomenclatura dos demonstrativos, onde o Capital é substituído por Patrimônio Social e o Lucro ou Prejuízo Acumulado por Superávit ou Déficit do Exercício. Sobre as notas explicativas a norma estabelece:

- (a) as principais atividades desenvolvidas pela entidade;
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- (c) as isenções de contribuição previdenciária relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção;
- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- (e) os fundos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes desses fundos;
- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador; (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade; (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- (i) informações sobre os seguros contratados;
- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil ou prazo de utilização;
- (m) demonstrar os percentuais de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos demais tipos de atendimento;
- (n) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas junto aos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos e qualitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- (o) a entidade da área de saúde deve demonstrar a gratuidade decorrente do custo com os pacientes do sistema SUS.

(EXTRAÍDO - Texto NBC TE)

Como anteriormente já foi citado, as entidades religiosas e partidos políticos também começaram a integrar as entidades do terceiro setor a partir do art. 02, da Lei 10.825/03 publicada em 23 de dezembro de 2003. Neste caso essas instituições passam a ter os mesmos direitos e deveres das demais instituições que integram o Terceiro Setor.

O presente estudo dá ênfase as entidades religiosas, focando as igrejas evangélicas de denominação o Batista, abaixo uma abordagem da atuação dessas entidades.

2.4. Entidades Religiosas

As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado, que são instituídas com o intuito de professar uma fé, seguindo uma ideologia, filosofia que servem como base para suas atividades religiosas. Essas organizações em sua maioria são hierarquizadas, seguindo doutrinas dogmáticas, abertas e flexíveis. Segundo Monello (2016), as organizações religiosas são fundamentadas através de filosofias de vivência de culto, de carisma para suas iniciativas religiosas, educacionais e assistenciais. Essas iniciativas são manifestações de pessoas físicas denominadas membros, baseadas em sua fé. Utilizando o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o autor define fé como crença religiosa, conjunto de dogmas e doutrinas, firmeza na execução de uma promessa, confiança.

Na Lei 10.825/2003, demonstra a liberdade religiosa está descrita no artigo 2, “(...) são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento” (Lei 10.825, artigo 2).

As organizações religiosas podem ser criadas livremente, sem burocratização para exercer suas atividades, e também possuem Imunidade Tributária. Essas entidades devem ser somente para a prática religiosa e não pode ser juntamente com outras atividades sociais, mas de acordo com a missão de institutos religiosos, essas organizações desenvolvem atividades sociais com o intuito de promover o bem-estar de seus membros e da sociedade em que é inserida.

No Brasil a diversidade de organizações religiosas é bem expressiva, que vão de tradicionais, tradicionais reavivadas, novas entidades, incorporação e novas formas de expressão religiosa com o crescimento de adeptos. Com essa diversidade e a maior liberdade de expressão, o crescimento tem criado uma livre concorrência (GAARDER, 2000).

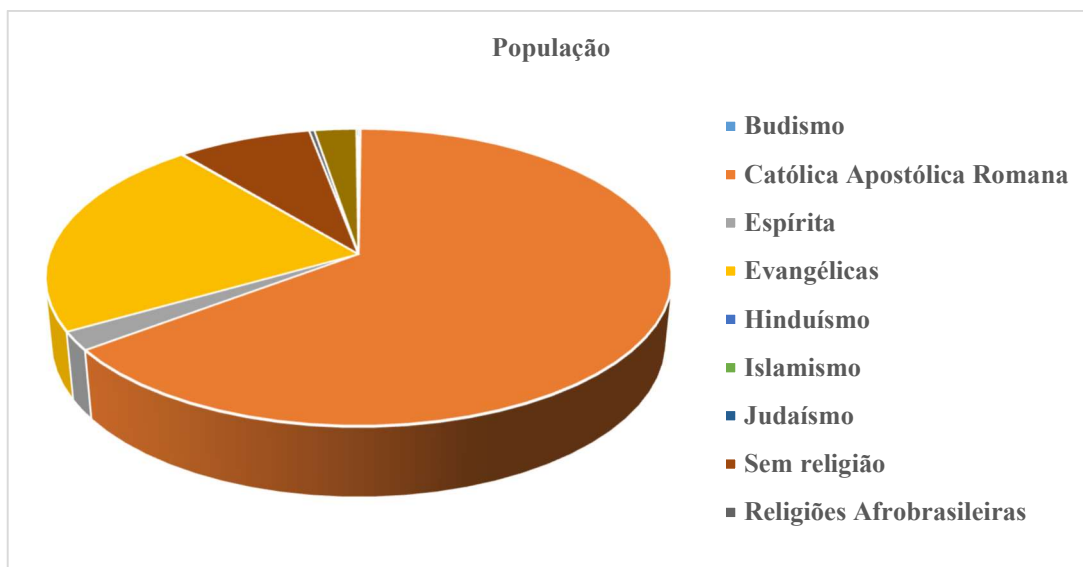
A seguir um demonstrativo da atuação das principais religiões do Brasil, de acordo com o CENSO 2010 levantado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Quadro 03 – Divisão população brasileira por religião

Religião	População	%
Budismo	243.966	0,128%
Católica Apostólica Romana	123.280.172	64,627%
Espírita	3.848.876	2,018%
Evangélicas	42.275.440	22,162%
Hinduísmo	5.675	0,003%
Islamismo	35.167	0,018%
Judaísmo	107.329	0,056%
Sem religião	15.335.510	8,039%
Religiões Afro-brasileiras	588.797	0,309%
Outras religiosidades	4.792.928	2,513%
Não responderam	241.939	0,127%
Total	190.755.799	100%

FONTE: Site IBGE - Adaptado pela autora.

Gráfico 01 - Divisão população brasileira por religião



FONTE: Site IBGE - Adaptado pela autora.

Pode se verificar após a análise do quadro e do gráfico, que as religiões Católica Apostólica Romana e Evangélicas tem a maior preferência entre a população brasileira. Será abordado a seguir mais detalhadamente sobre as igrejas evangélicas, a fim de aprofundar sobre o tema do trabalho.

2.4.1 Igrejas Evangélicas

A religião evangélica nasceu a partir da Reforma Protestante feita por um monge chamado Martinho Lutero no século XVI.

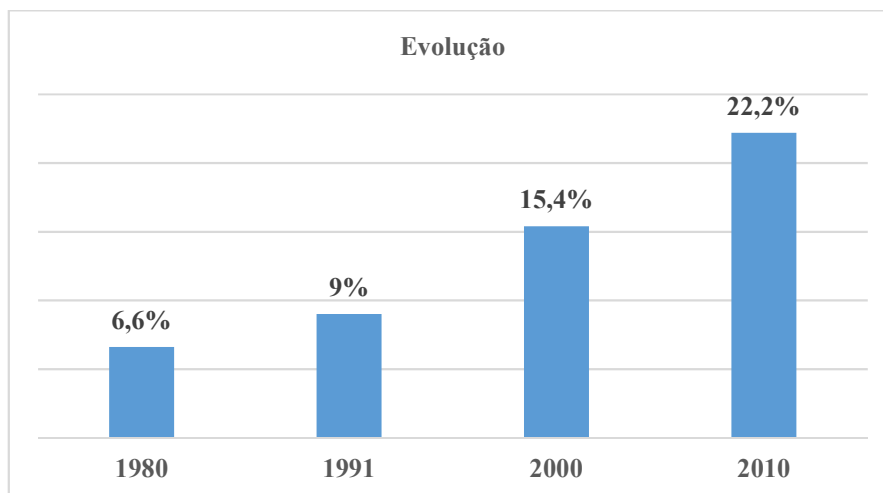
Evangélicos são os grupos religiosos cristãos que surgiram no século 16 a partir de um movimento chamado de Reforma Protestante como dissidências da Igreja Católica Apostólica Romana. O monge Martinho Lutero (1483-1546) é reconhecido como quem deu início à Reforma ao publicar, em 1517, suas 95 teses. (NEXO JORNAL)

O início da Reforma Protestante, por Martinho Lutero, se deu por seu descontentamento com várias doutrinas da Igreja Católica, e o estopim foram as indulgências. As indulgências eram penas impostas para os fieis arrependidos e confessos de seus pecados. Com o passar do tempo se tornou valores/bens que financiavam a igreja. Por fim, a confissão se tornou menos importante que a indulgência, que as vezes era paga antes mesmo do ato pecaminoso ser cometido. Lutero então começou a perceber a necessidade do verdadeiro arrependimento. Ele escreveu 95 teses para fundamentar que suas teorias. O para Lutero a pessoa precisa encontrar Cristo na igreja e igreja não é um templo físico, mais sim o conjunto de pessoas crentes em Cristo, destacando que fora da igreja não há verdade e salvação (LIENHARD,1991).

Juntamente com outros pensadores protestantes, foi dado início ao Protestantismo. De acordo com cada pensador, foram surgindo as diferentes denominações.

O conjunto total dos reformadores protestantes e de seus seguidores no século XVI pode ser dividido em duas categorias principais: a Reforma magisterial e a Reforma radical. *Radical* significa, simplesmente, 'voltar às raízes' e é lógico que todos os protestantes pretendiam recuperar o verdadeiro evangelho do NT, livrando-o das partes da tradição medieval que achassem que o restringiam e suprimiam. Entretanto, o grupo divergente, de reformadores protestante, mais radical do que os demais, foi classificado 'Reforma radical' ou simplesmente 'protestantes radicais' por causa de suas características comuns'. (...) A Reforma radical inclui todos os protestantes da Europa no século XVI que acreditavam na separação entre a igreja e o estado, renunciavam à coerção nas questões da crença religiosa, rejeitavam o batismo infantil em favor do batismo dos crentes (também chamado batismo no Espírito) e enfatizavam a experiência da regeneração ('nascer de novo') pelo Espírito de Deus mais do que a justificação forense. Eles evitavam magistrados cristãos e, em geral, procuravam viver o mais longe possível da sociedade. Alguns fundaram comunidades cristãs. A maioria adotou o pacifismo cristão e um modo de vida singelo. Alguns rejeitavam o treinamento teológico formal e os clérigos profissionais. Todos enfatizavam o viver cristão prático mais do que os credos e as confissões de fé doutrinária. (OLSON, Roger. *História da Teologia Cristã*, p. 425, 426).

Atualmente no Brasil possuem diversas igrejas evangélicas com variadas denominações. É possível observar o crescimento dessas igrejas em números de templos e em número de adeptos. De acordo com o IBGE, em um período de 30 anos os evangélicos passaram de 6,6% em 1980, para 22,2% em 2010. A seguir a evolução desse crescimento em relação a população brasileira:

Gráfico 2 – Evolução evangélicos em relação população brasileira.

FONTE: Site IBG - Adaptado pela autora.

2.4.2 Principais Igrejas Evangélicas no Brasil

As igrejas evangélicas atualmente são classificadas de acordo com seu histórico, surgimento e a doutrina que segue. Braz (2013) denomina essa classificação como ramificações, onde as históricas tradicionais são as originadas após a reforma protestante, as pentecostais pelo avivamento ocorrido nos EUA entre 1906 e 1910, e as neopentecostais surgidas 60 após o pentecostalismo, com uma característica mais carismática. Para Braz (2013) a maior diferença entre os evangélicos tradicionais e os pentecostais é o “Batismo no Espírito Santo” os tradicionais não seguem essa doutrina, preferem dar ênfase ao ensino teológico e ao trabalho social. Já a os neopentecostais dão mais ênfase ao louvor e com maior flexibilidade teológica.

Quadro 04 – Principais denominações evangélicas no Brasil

EVANGÉLICAS DE MISSÃO/ TRADICIONAL
Igreja Evangélica Adventista
Igreja Evangélica Batista
Igreja Evangélica Congregacional
Igreja Evangélica Luterana
Igreja Evangélica Metodista
Igreja Evangélica Presbiteriana
EVANGÉLICAS PENTECOSTAIS / NEO PENTECOSTAIS
Comunidade Evangélica
Igreja Assembleia de Deus
Igreja Casa da Bênção
Igreja Congregação Cristã do Brasil
Igreja Deus é Amor
Igreja Evangelho Quadrangular
Igreja Maranata
Igreja Nova Vida
Igreja O Brasil para Cristo
Igreja Universal do Reino de Deus

FONTE: Site IBGE - Adaptado pela autora.

2.4.2.1 Igreja Batista

A denominação Batista, conforme é divulgado por sua convenção, tem seus princípios baseados na bíblia, se valendo da liberdade religiosa e de consciência. Cada igreja tem a forma de governar congregacional democrática, são autônomas locais, mais possuem laços com outras de mesma fé e ordem, de forma cooperativa e fraternal. A cooperação voluntária na forma de associações de igrejas e pela Convenção Batista Brasileira e Regionais, sendo que cada uma possui um CNPJ, estatuto, e diretoria estatutária própria, sendo responsável pela forma de captação e alocação de seus recursos oriundos de dízimos, ofertas e doações.

3. METODOLOGIA

Para realização de qualquer trabalho científico, a apresentação e utilização de uma metodologia é indispensável. Pois a metodologia que dá uma sustentação teórica para a pesquisa realizada e para que o objetivo do trabalho seja alcançado.

O ponto de partida para um trabalho de pesquisa é definir as hipóteses e teorias para após prosseguir com a comprovação da mesma. Para essa comprovação é necessário a utilização de meios para testá-las de uma forma que opiniões pessoais, julgamentos e hábitos não comprometam o resultado. Os métodos servem para verificar se as teorias são plausíveis. Podem ser utilizados quantitativos e qualitativos (OLIVEIRA, 2011).

Oliveira (2011) define a pesquisa qualitativa como envolvimento de dados e formas qualitativas, com fontes de dados obtidas através de entrevistas, livros, artigos entre outros. A pesquisa qualitativa pode surgir através de busca de significados de situações, pesquisas exploratórias, interpretar dados quantitativos, explicação de fenômenos complexos.

Para Gil (2002) a pesquisa documental é fonte rica e estável de dados, com custos baixos, e acesso direto das fontes, por isso se torna vantajosa. Apesar de ser confundida com a pesquisa bibliográfica, a fonte de obtenção de dados é diferente, na pesquisa documental os dados ainda não receberam tratamento, enquanto na pesquisa bibliográfica os dados já sofreram tratamento.

Segundo Pádua (1997) a pesquisa documental é realizada através de documentos atualizados e verdadeiros, livres de fraudes. O objetivo mais utilizado é nas pesquisas de ciências sociais, investigação histórica.

Beuren (2012) caracteriza o estudo de caso como o estudo concentrado de um único caso específico, aprofundando seu conhecimento. A pesquisa é realizada com mais intensidade. Porém acaba constituindo uma limitação no resultado da pesquisa.

Oliveira (2011) salienta o estudo de caso tem várias dimensões, onde são analisados vários aspectos de uma entidade, utilizando de várias técnicas para se obter os dados.

Como fontes das pesquisas serão utilizados livros de autores especializados no assunto, artigos e trabalhos de conclusão de curso que também abordam o tema Contabilidade no Terceiro Setor, além de consultas a sites e blogs que discorram do tema abordado. Essas pesquisas servirão para elaborar o conteúdo qualitativo e aplicados em um estudo de caso. Conforme Beuren (2012, p.92) a pesquisa qualitativa “(...) concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado.”

Na evolução da pesquisa serão adotados três momentos, primeiramente a obtenção de informação sobre conhecimentos sobre Contabilidade e alguns de seus aspectos. No segundo

momento com conhecimentos gerais do Terceiro Setor e como essas organizações funcionam, com ênfase para organizações religiosas, igrejas evangélicas, e no terceiro momento os benefícios da utilização da Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor.

3.1 Coleta de dados

O presente trabalho consistirá em pesquisa documental e qualitativa sobre a aplicabilidade da contabilidade gerencial no Terceiro Setor, bem como os benefícios oriundos de sua utilização. A pesquisa bibliográfica servirá para embasar e aprimorar os argumentos estudados e apresentados na análise documental de uma forma clara e concisa para auxiliar no entendimento do leitor do presente trabalho.

A pesquisa documental foi efetuada através do Estudo do Estatuto e relatórios Financeiros de uma Igreja Evangélica de denominação Batista em Juiz de Fora. A escolha dessa entidade se deve a disponibilidade em divulgar seus dados e também pelo interesse em se adequar as exigências contábeis.

3.2 Tratamento dos dados

Os dados coletados para a realização do estudo de caso foram retirados do Estatuto Social da denominação e de seus relatórios financeiros do ano de 2017, além de documentos e informações disponibilizados pelo site oficial da instituição.

Os objetivos específicos foram conceituados no item 2 deste trabalho por meio da pesquisa bibliográfica sobre os temas: Contabilidade, Contabilidade Gerencial, conceito de Terceiro Setor, Instituições Religiosas, Igrejas Evangélicas. Dentre os objetivos específicos, primeiro passo foi verificar se a entidade atendia as especificações de uma Instituição do Terceiro Setor. Para essa verificação, foi utilizado como base de comparação o artigo 44 do Código Civil Capítulo IV – Das Organizações Religiosas e o Art. 120 da Lei n.º 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) com as informações contidas no Estatuto Social.

Sobre a afirmação de ser uma Organização Religiosa, a informação foi verificada na Declaração Doutrinária da Convenção Batista, convenção qual a igreja estudada é filiada e também em seu Estatuto Social.

Para as análises dos recursos de Contabilidade Gerencial, foram verificadas se as ferramentas de apuração dos custos, análise dos índices financeiros, análise das demonstrações contábeis e Orçamentos são utilizados pela entidade.

3.3 Estudo de caso

No subcapítulo abaixo será apresentado um breve histórico da Igreja Batista do Grajaú de Juiz de Fora, organização religiosa que baseou o presente estudo. A igreja possui em seu site as informações sobre seu histórico e atividades realizadas ao longo dos últimos anos.

3.3.1 A história da 13ª Igreja Batista do Grajaú em Juiz de Fora.

A história da Igreja Batista do Grajaú – IBG, começou em 15 de julho de 1985 quando um membro da Primeira Igreja Batista em Juiz de Fora - PIBJF sugeriu a abertura de um trabalho missionário no bairro Grajaú, pois havia um número relevante na igreja membros daquele bairro. Após aprovada sugestão, foi utilizada como sede a garagem de um dos membros da PIBJF morador do bairro Grajaú, localizada na rua Isabel Pierre Feital, número 134 daquele bairro. Já em 19 de julho o primeiro culto foi realizado naquele local com 6 adultos e 5 crianças, além de visitantes da comunidade.

Após um mês foi nomeado Luiz Carlos para liderar os trabalhos missionários, e o número de membros foi aumentando através de novas conversões e outras pessoas que se juntaram para auxiliar nos trabalhos. Em 1989 foi criado dois trabalhos para crianças e adolescentes entre 9 e 16 anos um para meninas e outro para meninos, já em 1992 foi iniciado um trabalho para mulheres e outro para jovens e adolescentes.

Em janeiro de 1993 foi aprovado a compra de um terreno para construção de um templo sede para futura igreja, na rua Miguel Jacob nº 283 também no bairro Grajaú. A partir de abril de 1994 os trabalhos começaram a ser liderados pelo seminarista da PIBJF, Carlos Alberto Teixeira Torres, que já no mês seguinte convocou uma força tarefa para construção do templo. Em julho de 1994 membros da Igreja Batista de Midways no Texas, liderados pelo pastor Michael Helton, ofertaram além de mão de obra, uma quantia para conclusão das obras do templo.

A igreja foi oficialmente organizada em 16 de julho de 1995 com 47 membros liderados pelo então já pastor Carlos Alberto Teixeira Torres, sendo a décima terceira igreja Batista em Juiz de Fora. Após esse período, a igreja continuou aumentando seu número de membros através de batismos e transferências de outras igrejas. O templo precisou ser ampliado mais duas vezes.

A IBG foi liderada pelo pastor Carlos Alberto até 2004. Já em janeiro de 2005 o pastor Dálvio Oliveira foi nomeado para assumir os trabalhos, onde permaneceu até o início de 2007. A partir de junho de 2007 a liderança pastoral foi assumida pelo pastor César Augusto de Oliveira do Nascimento até 30 de setembro de 2013. A partir de janeiro de 2014 o pastor Ivan

Luís Ventura Dutra iniciou as atividades como pastor da igreja até os dias atuais. Hoje a igreja possuiu mais de 150 membros e conta vários trabalhos para todas as faixas etárias, incluindo trabalhos voltados para comunidades através artesanatos e alfabetização de adultos.

A liderança da entidade é feita por uma diretoria estatutária que é composta por presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. A vigência dos cargos é de um ano, e a escolha é feita através de eleição, onde os indicados são selecionados por uma comissão que observa se o candidato é membro ativo e possui maioridade civil, e a aprovação é efetuada em assembleia geral com os membros da igreja. Para o cargo de presidente não há eleição, de acordo com estatuto que rege a entidade o cargo sempre deve ser ocupado pelo pastor titular da igreja. De acordo com o Estatuto Social, há também um conselho fiscal com a finalidade de examinar e dar parecer sobre os balancetes, acompanhar a evolução financeira e contábil e recomendar medidas administrativas necessárias a manutenção do equilíbrio financeiro. Os demais trabalhos são divididos por ministérios e liderados por membros da própria igreja.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A instituição 13º Igreja Batista do Grajaú em Juiz de Fora, foi utilizada como objeto de estudo. As informações foram disponibilizadas pela diretoria, pelas pessoas do vice-presidente e 1º tesoureira. De posse dos dados e informações disponibilizadas, foi possível analisar quais ferramentas da Contabilidade Gerencial são utilizadas na gestão da referida organização.

A instituição atende as características de uma entidade do Terceiro Setor, classificada como instituição religiosa, pois não tem fins lucrativos e realiza atividades de cunho religioso e social. A entidade possui estatuto, CNPJ registrado em cartório que especifica sua sede, atividade fim, além de movimentação de associados e seus direitos e deveres, origem e destinação de recursos, bem como os poderes da administração. Todas as afirmações podem ser identificadas no Estatuto Social.

Art. 1º A IGREJA BATISTA DO GRAJAÚ, CNPJ: 03.151.616/0001-51, organizada em 16 de julho de 1995, doravante, neste estatuto, designada Igreja, é uma organização religiosa, instituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Miguel Jacob, nº 283, Bairro Grajaú, Cep 36.052-230, e foro na cidade de Juiz de Fora - Estado de Minas Gerais, podendo manter congregações, pontos de pregação ou missões em qualquer parte do território nacional(Estatuto Social – IBG, Capítulo I, artigo 1º).

Após verificar se a entidade realmente atendia as características para pertencer o Terceiro Setor, foram analisados os registros financeiros para verificar se igreja efetuava a apuração dos custos, análise dos índices financeiros e um orçamento.

Foi verificado que a entidade controla somente as despesas após serem incorridas, porém não apura os custos de suas atividades essenciais para manter seu funcionamento. entidade também não faz análise financeira dos índices retirados das demonstrações contábeis porque não elabora tais relatórios, elabora apenas um Fluxo de Caixa. A contabilidade da entidade é terceirizada, e consiste somente em apurar tributos, emitir guias para pagamento, acompanhar controle de receitas e despesas e arquivar os comprovantes desses atos e fatos. O controle de receitas e despesas é previamente elaborado pela tesouraria da entidade, é passado para a contabilidade apenas para a conferência e arquivamento dos documentos.

As receitas são separadas pela forma de arrecadação: dízimos, ofertas voluntárias, oferta para missões e ofertas com destinação específica (exemplo para compra específica de um bem arrecadado através de campanha ou doação). É possível verificar no relatório de caixa fornecido, que não é informada a destinação dos recursos, se permanece em caixa, banco, aplicação ou investimento.

A projeção das despesas é separada por: despesas administrativas, que são compostas por contas de consumo e outras despesas referente ao funcionamento da entidade; despesa ministerial, que é a ajuda de custo para o pastor titular a igreja; despesas com ministérios e

missões, composta pelos gastos necessários da entidade para a promover sua atividade fim. No relatório de caixa só descreve o motivo de desembolso, não detalha ou registra qual o impacto patrimonial para a entidade esse ato trouxe.

Abaixo os relatórios disponibilizados pela entidade que fundamentam as análises sobre as entradas e saídas de recursos caixa:

Quadro 05 - Relatório Financeiro Anual da IBG -2017

RELATÓRIO FINANCEIRO IGREJA BATISTA DO GRAJAÚ - 2017				
DISCRIMINAÇÃO	ENTRADA	SAÍDA	SALDO ANTERIOR	SALDO
Saldo anterior			10.108,81	10.108,81
ENTRADAS				
Dízimos	118.405,96			
Ofertas Voluntárias	8.530,45			
Outras Entradas	3.824,32			
TOTAL DE ENTRADA	130.760,73			140.869,54
SAÍDAS				
ADMINISTRAÇÃO		50.812,17		
MINISTÉRIO		48.334,90		
DEPARTAMENTOS		6.652,43		
MISSÕES		12.407,59		
AÇÃO SOCIAL		1.873,14		
PATRIMÔNIO E OBRAS		3.777,56		
TOTAL DE SAÍDAS		123.857,79		17.011,75

RESUMO				
Saldo mês Anterior				10.108,81
Receitas do mês				140.869,54
Despesas do mês				17.011,75
Saldo para o mês seguinte				17.011,75

Fonte: IBG

Quadro 06 - Relatório Financeiro Mensal da IBG - dezembro 2017

RELATÓRIO FINANCEIRO IGREJA BATISTA DO GRAJAÚ - DEZEMBRO 2017		
DISCRIMINAÇÃO	VALOR	SALDO
Saldo mês anterior		17.976,56
ENTRADAS		
Dízimos	11.328,90	
Ofertas Voluntárias	1.018,05	
Oferta para compra de fogão para cantina	840,00	
TOTAL DE ENTRADA	13.186,95	13.186,95
SAÍDAS		
ADMINISTRAÇÃO		
Água/Esgoto	61,36	
Luz	199,45	
Telefone	190,16	
Despesas Bancárias	94,50	
Honorários Contábeis	468,00	
Aluguel do estacionamento	60,00	
AFC Monitoramento (Alarme)	82,95	
Material de limpeza	343,09	
Birô de Impressão Ltda (fichas de visitantes)		
Livraria Evangélica. Nova São Ltda (bíblia evangelismo)		
União feminina Missionária(literatura)		
Toner Mais Soluções Digitais Ltda (tinta impressora)	65,00	
Gás para cantina a igreja		
Plano Cooperativo	100,00	
Serviço de Mão de Obra- Serviço de Limpeza	1.100,00	
Adiantamento p/ locação da granja p/ Retiro Espiritual	3.000,00	
Recarga do Extintor		
Aplicação para o Fundo de Reserva		
Oferta para Ajuda Construção da IB. Chácara		
	5.764,51	5.764,51
MINISTÉRIO		
Sustento Ministerial	3.262,93	
INSS		
Pagamento de IRRF	64,07	
2º parcela 13º sustento Ministerial	1.737,93	
	5.064,93	5.064,93
DEPARTAMENTOS		
Ministério Infantil	164,90	
Mensageiras do Rei		
Ministério Infantil (Congresso de Juniores)		
	164,90	164,90

MISSÕES		
Ajuda Ministerial Igreja Chácara – Pr. Helder	937,00	
ASSIBASSUM	110,13	
	1.047,13	1.047,13
AÇÃO SOCIAL		
Compra de Cesta Básica		
Oferta para Ação Social (Pr. Renato)	300,00	
Oferta para Ação Social da igreja	200,00	
	500,00	500,00
PATRIMÔNIO E OBRAS		
Patrimônio (fogão para cantina)	1055,00	
Patrimônio (lâmpada para o projetor)	280,00	
Patrimônio (ventiladores para púlpito)	275,29	
	1.610,29	1.610,29
TOTAL DE SAÍDAS		14.151,76
RESUMO		
Saldo mês Anterior		17.976,56
Receitas do mês		13.186,95
Despesas do mês		14.151,76
Saldo para o mês seguinte		17.011,75

Fonte: IBG

Foram sugeridas para entidade, adequações nos relatórios financeiros, além de se tornar mais transparente com a prestação de contas, ter a possibilidade de efetuar análises gerenciais pra auxiliar na tomada de decisão. As demonstrações contábeis sugeridas foram Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado de Exercício e Fluxo de Caixa.

Para elaboração do Balanço Patrimonial, o primeiro passo é fazer o levantamento do patrimônio da igreja, o que atualmente não é efetuado. Verificar se há investimentos se há investimentos, realizar provisões e levantar as obrigações com terceiros da entidade. É importante salientar que ao invés de utilizar a conta Patrimônio Líquido, usar Patrimônio Social. Já nas contas Lucros ou Prejuízos Acumulados, devem ser substituídas por Superávit e Déficit do Exercício.

Com a elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar se houve superávit ou déficit no período, atualmente somente é observado se saldo está positivo ou negativo. Para elaboração dessa demonstração a entidade precisa adequar sua contabilização de receitas e despesas de acordo com a competência. As receitas são registradas de acordo com a arrecadação, porém as despesas são registradas de acordo com a prestação de contas do pagamento. A tesouraria só faz o registro quando o responsável pela despesa apresenta a nota, cupom fiscal ou recibo, e algumas vezes isso não ocorre de maneira tempestiva. Foi sugerido

que se estabeleça prazo máximo para prestação de contas pelos responsáveis das despesas, e em casos específicos, as saídas de recursos sejam lançadas como adiantamento.

A seguir sugestão de Fluxo de caixa, elaborado a partir dos dados fornecidos:

Quadro 07 - Sugestão de Demonstração do fluxo de caixa direto de dezembro de 2017

Demonstração do fluxo de caixa direto de dezembro de 2017	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Recebimentos	13.186,95
Dízimos	11.328,90
Ofertas	1.018,05
Ofertas designadas	840,00
Ofertas especiais	
Outras entradas	
Pagamentos	14.151,76
Adiantamentos	-
Adiantamento a pessoal	-
Adiantamento a fornecedores	3.000,00
Obrigações	60,00
Fornecedores	1.263,82
Salários a pagar	5.000,86
Honorários a pagar	1.568,00
Encargos sociais a recolher	64,07
Tributos	
Sustento missionário	1.147,13
Despesas patrimoniais	1.610,29
Despesas gerais	437,59
Caixa líquido nas atividades operacionais	(964,81)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa em 01/11/2017	17.976,56
Saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2017	17.011,75
Diminuição das disponibilidades	(964,81)

Fonte: Elaborado pela autora

A entidade possui um orçamento elaborado em conjunto pela diretoria administrativa e conselho fiscal. O acompanhamento do orçamento é feito mensalmente com a comparação do orçado e o realizado. O orçamento é composto pela projeção de receitas arrecadadas através de dízimos, doações e ofertas voluntárias de seus membros. Para o cálculo da projeção são comparadas as receitas realizadas do mês/ano anterior, a situação econômica do país e o

aumento do salário mínimo. A seguir orçamento sintético por trimestre referente ao ano de 2017 divulgado pela entidade:

Quadro 08 - Planejamento Orçamentário IBG – 2017

DESCRIÇÃO	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	TOTAL	%
ENTRADAS						
1- TOTAL DE ENTRADAS	40.833,70	31.645,55	38.444,48	32.875,52	143.799,25	100%
SAÍDAS	-	-	-	-		
ADMINISTRAÇÃO	17.134,33	14.823,98	10.857,13	11.357,30	54.172,74	40%
MINISTÉRIO PASTORAL	13.653,05	18.141,07	9.981,00	13.243,93	55.019,05	41%
DEPARTAMENTOS E MINISTÉRIOS	728,30	1.163,71	2.766,33	2.077,47	6.735,81	5%
AÇÃO SOCIAL	-	800,60	333,95	738,59	1.873,14	1%
MISSÕES	2.984,00	4.310,00	3.611,62	2.810,00	13.715,62	10%
PATRIMÔNIO E OBRAS	267,90	-	371,52	2.000,34	2.639,76	2%
TOTAL DE SAÍDAS	34.403,43	38.438,76	27.587,60	31.489,04	131.918,83	100%

Fonte: IBG - Adaptado pela autora

Foi sugerido que se faça comparação entre o orçado e o realizado, para que se possa verificar se as receitas e despesas estão de acordo com o esperado.

A partir das informações obtidas para elaboração dos relatórios citados, é possível também elaborar as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e o Balanço Social. Dessa forma a entidade se torna mais transparente e confiável tanto para a divulgação das informações, quanto para o auxílio em uma administração eficiente. Dessa forma a igreja pode continuar realizando sua atividade fim que é divulgar e manter a profissão da fé em Jesus Cristo e auxiliar a comunidade ao redor em algumas de suas necessidades

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da Contabilidade Gerencial auxilia o gestor a controlar as informações para a tomada de decisão. No caso das entidades sem fins lucrativos, o controle contábil proporciona maior confiabilidade para a organização através de uma boa gestão e da divulgação de seus relatórios.

Há tempos atrás, as entidades de cunho social era simplesmente a união de pessoas com o objetivo de auxiliar uma causa. Mas, através da regulamentação essas entidades precisaram se adequar as Resoluções Contábeis, com isso se viu a profissionalização dessas entidades.

Por ter um papel de destaque na sociedade brasileira, a transparência se tornou indispensável para que possa passar credibilidade para os usuários, governo e sociedade. Antes de simplesmente emitir relatórios contábeis, é preciso fazer que os dados sejam confiáveis antes de divulgá-los, e a utilização das ferramentas da Contabilidade Gerencial auxilia nesse processo.

A partir desse pensamento este trabalho propôs a utilização das ferramentas da Contabilidade Gerencial nas organizações religiosas. O objetivo principal então foi analisar como essas ferramentas poderiam ser aplicadas. Após a revisão bibliográfica para verificação dos conceitos de Contabilidade e Contabilidade Gerencial, o conceito de terceiro setor e os requisitos para uma entidade se enquadrar como organização religiosa. Foi analisada a aplicação do conceito teórico à prática utilizada em uma instituição religiosa.

Com a finalidade de alcançar o objetivo principal foram analisados os documentos e procedimentos através de relatórios fornecidos pela 13ª Igreja Batista do Grajaú em Juiz de Fora.

É possível perceber, através das análises feitas, que a instituição não utiliza todas as ferramentas que a Contabilidade Gerencial oferece. E a causa principal é a falta de demonstrações contábeis. Percebe-se também que esses recursos poderiam otimizar o processo de decisão da entidade.

Apesar de ser transparente com suas finanças, os gestores reconhecem que quanto mais utilizar os recursos contábeis em sua prestação de contas, mais confiável o trabalho realizado se torna perante os membros a entidade e a sociedade ao redor. Para isso foram sugeridos que a entidade adote junto a contabilidade algumas medidas:

1. Elaborar e acompanhar os relatórios contábeis como: balanço patrimonial e demonstração do superávit ou déficit do exercício;
2. Elaborar apuração dos custos dos serviços prestados na entidade;
3. Solicitar acessória contábil gerencial para o profissional contábil contratado.

É possível verificar que, apesar de necessitar de adequações, a instituição é empenhada não só em cumprir sua atividade fim, de cunho religioso, mas também se manter transparente para seus membros e para sociedade em seu entorno. Buscando cada vez mais credibilidade junto aos que acompanham sua evolução. Além disso a diretoria se preocupa em se adequar da melhor maneira possível para que as informações auxiliem de forma concisa na tomada de decisão, contribuindo e não comprometendo a continuidade dos trabalhos da instituição, no âmbito religioso e social. Com a finalidade de ampliar a credibilidade das instituições religiosas sugere-se que sejam avaliados a observância e utilização dos relatórios contábeis com a finalidade de adequar-se com o que as Normas Contábeis.

Atendendo ao objetivo desse trabalho, foi possível observar que a falta de informações gerenciais pode dificultar o controle interno da entidade, refletindo em sua tomada de decisão sendo fundamental para verificar sua saúde financeira e sua continuidade.

Com o crescimento expressivo das instituições do Terceiro Setor, espera-se que a utilização das Ciências Contábeis nesse setor também possa crescer, pois ainda é pouco explorada e estudada as particularidades da Contabilidade Gerencial aplicada nesse setor e que a presente pesquisa possa ser apenas o começo, uma vez que o assunto é muito amplo, e possibilita várias linhas de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A expansão evangélica no Brasil em 26 anos.** Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/11/06/A-expansão-evangélica-no-Brasil-em-26-anos> (atualizado 04/05/2017 18h48)>. Acesso 05/10/2018
- ALMEIDA, Verônica Eberle de. ESPEJO, Robert Armando. **Contabilidade o terceiro setor.** Curitiba; IESDE, 2012.
- AVILA, Carlos Alberto de. **Gestão Contábil para Contadores e não contadores.** Curitiba. Ibex, 2006.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 05/10/1988.
- BRAZ, Hubner. Disponível em: <<http://www.pecadorconfesso.com/2013/04/diferenca-entre-igrejas-pentecostal.html>>. Acesso 20/07/2018
- CAMARGO, Mariângela Franco. **Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos.** São Paulo: Futura. 2001.
- CHING, Hong Yuh. **Contabilidade Gerencial: novas práticas contábeis para a gestão de negócios.** São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2006.
- Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.** Disponível: <http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=24>. Acesso: 06/07/2018
- GAARDER, Jostein et al. **O livro das religiões.** Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GIL, Antônio Carlos, 1946-. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, Willian O. **Contabilidade Gerencial.** 12. ed. São Paulo. Prentice Hall. 2004.
- IBG – IGREJA BATISTA DO GRAJAÚ. **Estatuto Social.** Disponível em: <<http://www.igrejabatistadograjau.webnode.com/estatuto-da-ibg/>> Acesso em 20/10/2018.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010.** Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20/06/2018.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade Gerencial.** 6. ed. São Paulo. Atlas. 1998.
- Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm>. Acesso em: 15/06/2018.

Lei nº 10825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.825.htm#art44>. Acesso em: 15/06/2016.

LIENHARD, Marc. **Martim Lutero: Tempo, Vida e Mensagem.** São Leopoldo: Sinodal, 1991.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10. ed. São Paulo, 2009.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil.** RCO – Revista de Contabilidade e organizações – FEA/USP, Ribeirão Preto, v.2, nº2, p. 8-18, jan. / abr. 2008.

MONELLO, Sergio Roberto. **As Organizações Religiosas E O Código Civil Brasileiro.** Disponível em:<http://www.advocaciasergiomonello.com.br/SitesTerceiros/Adv_Sergio_monello_2/index.php/component/content/article/10-noticias-artigos/16-as-organizacoes-religiosas-e-o-codigo-civil-brasileiro> Acesso em: 30 de julho de 2018.

MONSER, Neusa Terezinha Ballardín et al (Org.). **Terceiro Setor: Guia de orientação para o profissional da contabilidade.** Porto Alegre: CRCRS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2011.

OLIVEIRA, Antônio Benedito da Silva. **Métodos de pesquisa contábil.** São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLSON, Roger. **História da Teologia Cristã.** Vida. S. Paulo. 2001.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática.** 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários.** 4ª.ed. rev., atual. emp. de acordo com a Lei n. 10.406, de 10.1.2002 (Novo Código Civil Brasileiro). Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

PIZZOLLATO, Nélio D. **Introdução a Contabilidade Gerencial.** 2. ed. São Paulo. Pearson Makron Books. 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil.** 29ª ed. São Paulo; Saraiva, 2013.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação.** São Paulo: Atlas, 2002.